

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO
EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA Nº 039/2016**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS e Laboral Serviços Terceirizados LTDA.

Contrato celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, Autarquia estadual criada pela Lei Estadual n.º 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.935.819/0001-03, sito na Avenida Julio de Castilhos, n.º 505, nesta Capital, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Sr. *Ildo Mário Szinvelski*, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 234.709.920-53, RG nº 6011481931, doravante denominado CONTRATANTE, e Laboral Serviços Terceirizados LTDA., sito na Rua Pedro Canga, nº 99, 2º andar, nesta capital, inscrito no Ministério da Fazenda sob o nº 09.628.278/0001-82, representada neste ato por *Diego Alessandro Garcez Soares*, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 941.975.630-00, doravante denominada CONTRATADA, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo nº 831-24.44/16-3, Pregão Eletrônico, edital nº 286/2016, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção predial e patrimonial das dependências do DETRAN/RS, com fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.
- 1.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1. O preço mensal a ser pago pelo contratante, referente à execução dos serviços contratados, é de R\$ 56.770,00 (cinquenta e seis mil, setecentos e setenta reais), constante da proposta vencedora, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.
- 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 44.01

Atividade/Projeto: 4279

Elemento: 3.3.90.37

Recurso: 8000

Rubrica :3703

Empenho nº 16004440737

Data do Empenho: 29/09/2016

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL E LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo de duração do contrato é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, ate o limite de 60 (sessenta meses), contados a partir da data definida na ordem de início dos serviços.

4.2. A expedição da ordem de início dos serviços somente se efetivará a partir da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

4.3. O objeto do contrato será executado nos locais descritos no Anexo I – Termo de Referência.

4.4. O prazo de duração do presente contrato pode ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

4.4.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.4.2. a Administração mantenha interesse na realização do serviço; e

4.4.3. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração.

4.5. O contratado não tem direito subjetivo a prorrogação contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1. O contratado, no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, que será liberada após a execução do objeto da avença, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

5.1.1. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério do contratante.

5.2. A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

5.2.1. caução em dinheiro ou Título da Dívida Pública, devendo este ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

5.2.2. seguro-garantia, desde que contemple todos os eventos indicados no item 5.11;

5.2.3. fiança bancária, conforme modelo contido no Decreto Estadual nº 52.823/2015.

5.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive do previsto no item 5.17 e 5.18, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

- 5.4. O atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993.
- 5.5. O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.
- 5.6. Quando da abertura de processo para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização do contrato deverá comunicar o fato à entidade garantidora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia ao contratado, bem como as decisões finais da instância administrativa.
- 5.7. A entidade garantidora não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.
- 5.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de no mínimo 3 (três) meses após o término da vigência contratual.
- 5.9. A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 5.10. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias.
- 5.11. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 5.11.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 5.11.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 5.11.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;
 - 5.11.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo contratado.
- 5.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL, com atualização monetária.
- 5.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 5.14. O contratante fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão do contratado, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.
- 5.15. A autorização contida no subitem 5.14 é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.
- 5.16. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 5.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.
- 5.18. A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

5.19. O contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 5.19.1. caso fortuito ou força maior;
- 5.19.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 5.19.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- 5.19.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

5.20. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 5.19.3 e 5.19.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.

5.21. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante ao contratado e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses após o término de vigência do contrato.

5.22. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta Cláusula.

5.23. A garantia somente será liberada após comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

- 5.23.1. Caso o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas.

5.24. Será considerada extinta a garantia:

- 5.24.1. com a devolução da apólice, título da dívida pública, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 5.24.2. no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, exceto quando ocorrer comunicação de sinistros, por parte da Administração, devendo o prazo ser ampliado de acordo com os termos da comunicação.

5.25. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70 da Lei federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo contratado, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.

6.2. O pagamento do presente contrato será efetuado até o 5º dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser protocolizada até o dia 25 (vinte e cinco) do mês da prestação dos serviços.

6.3. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

- 6.3.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independente da localização da sede ou filial do licitante.

6.4. Para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários do contratado, será considerado o período de 23 do mês anterior a 22 do mês a que se refere a prestação dos serviços.

- 6.4.1. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte do contratado.

6.5. O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.5.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o contratado:

6.5.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

6.5.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.6. É condição para o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, o fornecimento dos originais ou cópias autenticadas dos documentos relacionados abaixo, conforme art. 5º do Decreto estadual nº 52.215/2014, os quais deverão ficar arquivados junto ao contratante:

6.6.1. no primeiro mês da prestação dos serviços:

6.6.1.1. relação dos(as) empregados(as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, número do PIS/PASEP, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.6.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, dos(as) empregados(as) admitidos(as) e dos(as) responsáveis técnicos(as) pela execução dos serviços, devidamente assinada pela contratada;

6.6.1.3. contrato de trabalho e ficha de registro de empregado(a);

6.6.1.4. exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) da contratada que prestarão os serviços;

6.6.1.5. cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, da contratada.

6.6.2. Mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura dos serviços executados:

6.6.2.1. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.6.2.2. prova de regularidade relativa ao FGTS - CRF (Certificação de Regularidade do FGTS);

6.6.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.6.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; e

6.6.2.5. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados.

6.6.3. Mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços:

6.6.3.1. guia de recolhimento da Previdência Social - GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP - SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação dos serviços;

6.6.3.2. guias de recolhimento de FGTS dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;

6.6.3.3. cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

6.6.3.4. cópia dos contracheques dos(as) empregados(as), relativos ao mês da prestação dos serviços;

6.6.3.5. recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação do serviço; e

- 6.6.3.6. registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços.
- 6.6.4. A qualquer tempo, quando solicitado pela Administração contratante, quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.6.4.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado(a), a critério da Administração contratante; e
 - 6.6.4.2. comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.6.5. Quando ocorrer o evento ou anualmente, o que suceder primeiro:
- 6.6.5.1. avisos e recibos de férias;
 - 6.6.5.2. recibos de 13º salário;
 - 6.6.5.3. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;
 - 6.6.5.4. sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
 - 6.6.5.5. ficha de registro de empregado(a);
 - 6.6.5.6. aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;
 - 6.6.5.7. autorização para descontos salariais;
 - 6.6.5.8. prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for o caso; e
 - 6.6.5.9. outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.
- 6.6.6. Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, sem prejuízo da apresentação dos documentos de que trata o 6.6.4 deste Contrato:
- 6.6.6.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos(as) empregados(as) prestadores(as) de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;
 - 6.6.6.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 6.6.6.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e
 - 6.6.6.4. exames médicos demissionais dos(as) empregados(as) dispensados(as).
- 6.6.7. Sempre que houver substituição ou admissão de novos(as) empregados(as) pela contratada, os documentos elencados no item 6.6.1 deverão ser apresentados.
- 6.6.8. No caso de cooperativas:
- 6.6.8.1. recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do(a) cooperado(a);
 - 6.6.8.2. recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
 - 6.6.8.3. comprovante de distribuição de sobras e produção;
 - 6.6.8.4. comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social - FATES;
 - 6.6.8.5. comprovante da aplicação em Fundo de Reserva; e
 - 6.6.8.6. eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
- 6.6.9. No caso de sociedades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.7. Para fins de registro, guarda e arquivamento, a documentação referida no item 6.6 também deverá ser apresentada pelo contratado em meio eletrônico, no formato PDF localizável, organizado em pastas por ano, por empregado(a) e por tipo de documento, sendo cada arquivo de, no máximo, 1,5 MB.

6.8. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.9. Na fase da liquidação da despesa deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS, para fins de comprovação do cumprimento do disposto no artigo 55, inciso XIII, da Lei federal nº 8.666/1993.

6.9.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.9.2. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.10. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

6.10.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

6.10.2. Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

6.10.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

6.11. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

6.12. A contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

6.13. Caso constatado o inadimplemento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e das relativas aos FGTS dos empregados, o contratado será intimado a apresentar a folha do pessoal vinculado ao contrato e autorização para a Administração efetuar o pagamento devido aos empregados, com desconto do valor da Nota Fiscal ou Fatura.

6.13.1. Na hipótese de impossibilidade de intimação do contratado ou de não ser concedida autorização formal para que a Administração efetue o pagamento devido aos empregados, o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS ensejará o oferecimento dos valores em juízo para pagamento do débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DO PREÇO

8.1. O contrato será reajustado, conforme o disposto nesta cláusula e de acordo com o Decreto Estadual nº 52.768/15, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir ou do último reajuste, tomando como base a última Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada.

a) O Montante A será repactuado:

I – quanto à remuneração, encargos sociais e demais custos relativos à norma coletiva, na forma da legislação salarial e da norma coletiva da categoria, quando couber;

II – quanto ao valor do vale-transporte, de acordo com os índices de majoração da tarifa de transporte público no(s) município(s) de prestação do serviço contratado, na proporção do efetivo empregado.

b) O Montante B será reajustado, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = PO \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

PO = Preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, do último reajuste.

c) O Montante C será atualizado toda vez que houver repactuação no Montante A ou reajuste do Montante B, mantendo-se os mesmos percentuais constantes da proposta que deu origem ao contrato, exceto se alterados por lei.

d) Para fins de adequação aos novos preços praticados no mercado, em relação ao Montante A, desde que solicitado pelo CONTRATADO e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada na alínea “f”, o valor consignado no contrato será repactuado, competindo ao CONTRATADO justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação do CONTRATANTE.

e) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

f) O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

I - para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

II - para os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao vale transporte: do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa.

g) Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

h) Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

i) O prazo para o CONTRATADO solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação ou aditivo contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

j) Caso o CONTRATADO não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

k) Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

I - da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

II - do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao vale transporte.

l) Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

m) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

n) É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

o) O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

p) Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, o CONTRATADO efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no ANEXO I - Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

10.1.1. O contratado deverá apresentar no prazo de 10 (dez) dias após a publicação da súmula do contrato, relação detalhada do material a ser utilizado na execução dos serviços, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, quando for o caso.

10.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

- 10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato, ficando o contratante autorizado a descontar da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.5.1. O valor que exceder à garantia deverá ser descontado dos pagamentos devidos ao contratado.
- 10.6. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.
- 10.7. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 10.8. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela Administração, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.
- 10.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- 10.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato.
- 10.11. Orientar seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes.
- 10.12. Dispor de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto contratado.
- 10.13. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.
- 10.14. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 10.15. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução.
- 10.16. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 10.17. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato.
- 10.18. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados.
- 10.19. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão.
- 10.20. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados.

- 10.21. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 10.22. Assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.
- 10.23. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.
- 10.24. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao contratante o acesso ao controle de frequência.
- 10.25. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.
- 10.26. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até o local da prestação dos serviços, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos.
- 10.27. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante.
- 10.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.29. Apresentar durante a execução do contrato, os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente contrato, previstos na Cláusula Sexta, item 6.6.
- 10.30. Apresentar, quando intimado, a folha do pessoal vinculado ao contrato e autorizar a Administração a efetuar o pagamento devido aos empregados, com desconto do valor da Nota Fiscal ou Fatura, caso constatado o inadimplemento das verbas trabalhistas, das contribuições previdenciárias e das relativas ao FGTS.
- 10.31. Informar endereço eletrônico para recebimento de correspondência oficial.
- 10.32. Prestar o serviço na forma ajustada de acordo com as especificações constantes neste contrato.
- 10.33 A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 10.34 Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de outros órgãos competentes, em especial, estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento da Norma Regulamentadora n.º 9, NR – 9.
- 10.35 Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados durante a execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a organização da "CIPA", quando for o caso;
- 10.36 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.37 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

- 10.38 Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 10.39 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;
- 10.40 Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;
- 10.41 Entregar ao funcionário os vales-refeições e os vales-transportes até o 1º dia útil do mês em que os mesmos serão utilizados em número suficiente para os dias úteis do mês;
- 10.42 Disponibilizar a mão de obra especializada, os equipamentos e as ferramentas necessárias à execução dos serviços;
- 10.43 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.44 Permitir à Contratante a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;
- 10.45 Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;
- 10.46 Fornecer lista com número do documento de identidade de seus empregados alocados para prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia do contrato de trabalho de cada um dos empregados, bem como do respectivo registro do contrato de trabalho no livro de registros na CTPS;
- 10.47 Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação rigorosamente atualizada, e mantê-los identificados com crachás para controle de sua permanência nas dependências do local da prestação dos serviços;
- 10.48 Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela CONTRATANTE, utilizando-se da melhor técnica para sua execução;

10.49 Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade, e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto às tarefas inerentes à execução contratual;

10.50 Fazer-se representar no local da prestação dos serviços por preposto aceito pela Administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;

10.51 Substituir, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas, sempre que exigido pela fiscalização do contrato e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da CONTRATANTE ou ao interesse do Serviço Público.

10.52 Fornecer mensalmente, juntamente com a nota fiscal de serviços, os comprovantes de pagamento dos salários e de recolhimento das contribuições sociais (FGTS e INSS) pertinentes aos seus empregados alocados aos serviços objeto deste contrato, bem como os demais documentos conforme exigido na Cláusula Sexta – Do Pagamento, como condição à percepção mensal do valor faturado;

10.53 O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;

10.54 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

10.55 Comprovar a formação mínima exigida dos postos mediante apresentação de original e cópia, ou cópia autenticada dos certificados de conclusão dos cursos;

10.56 Comprovar a experiência dos postos mediante apresentação de original e cópia, ou cópia autenticada das anotações nas carteiras de trabalho e previdência social;

10.57 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

10.58 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

10.59 Anexar ao documento fiscal de cobrança pelos serviços prestados no mês todos os documentos previstos no Decreto Estadual n.º 43183/2004.

10.60 Emitir o documento fiscal de cobrança obrigatoriamente com o CNPJ constante no contrato, vedada a sua substituição por outro, mesmo que de filial da CONTRATADA;

10.61 Fazer constar no documento fiscal de cobrança o valor integral dos serviços e o destaque da retenção de 11% (onze por cento) no documento, na forma do artigo 149 da Instrução Normativa n.º 100/2003, do INSS;

10.62 Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de regularidade do PIS, ICMS ou ISS, bem como relação de empregados com causa trabalhista contra a CONTRATADA, Certidões Negativas de Débito Salarial (expedidas pela DRT – Delegacia Regional do Trabalho) e outros documentos aptos a comprovar o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente contratação, em especial, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.63 Apresentar nova documentação livre de defeitos, em prazo estipulado pela CONTRATANTE, nos casos de devolução do documento de cobrança rejeitado em função do não atendimento a alguns dos requisitos do contrato, com a devida motivação da rejeição por parte da CONTRATANTE. Tal devolução não autorizará a CONTRATADA a interromper a prestação de serviços ou os pagamentos devidos aos seus empregados.

10.64 Apresentar anualmente e quando ocorrer o evento todos os documentos previstos no Decreto Estadual nº 43.183/2004;

10.65 Manter vínculo empregatício formal, expresso, com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, conforme a natureza jurídica da CONTRATADA, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

10.66 Fornecer à CONTRATANTE e sempre que houver alteração dos dados ou substituição de empregados, a relação dos empregados integrantes da Equipe, acompanhada de comprovação da capacidade profissional e dos documentos previstos no Decreto Estadual n.º 43.183/2004.

10.67 Informar, mediante carta de apresentação, todo funcionário novo no seu primeiro dia de trabalho, inclusive os substitutos de faltas.

10.68 Responder perante à CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação decorrente da prestação de serviços, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CONTRATANTE o exercício do direito de regresso, e eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

10.69 Autorizar a CONTRATANTE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos mensais que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada prévia defesa;

10.70 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

10.71 Repor, no prazo máximo de cinco dias úteis, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

10.72 Atender imediatamente às determinações do representante da CONTRATANTE visando regularizar os defeitos observados na execução do contrato;

10.73 Manter permanentemente a composição da Equipe de Manutenção, tendo um prazo máximo de 24 horas para substituições.

10.74 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

10.75 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

10.76 Apresentar as Equipes devidamente uniformizadas, conforme estabelecido no item 7, sendo que a CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual a seus empregados;

10.77 Manter sediado junto à CONTRATANTE durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.78 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

10.79 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por meio de sistema de ponto eletrônico;

10.80 Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

10.81 Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio público.

10.82 Fornecer e exigir o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, conforme constatada a sua necessidade. Difundir normas e procedimentos de segurança relativos à correta operação e manutenção de equipamentos elétricos, mantendo em seu quadro de pessoal os profissionais de segurança em número e qualificação requeridos pelas normas legais, fazendo cumprir a Norma Reguladora n.º 10, NR – 10.

10.83 Disponibilizar armários individuais para seus empregados no local designado pela CONTRATANTE.

10.84 Orientar os seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da CONTRATANTE, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da fiscalização do contrato e liberação pelas chefias de cada unidade da CONTRATANTE, se for o caso.

10.85 Relatar à CONTRATANTE a necessidade de contratar serviços corretivos especializados que não possa prestar diretamente.

10.86 Não subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente as obrigações assumidas no contrato;

10.87 Fiscalizar, através do Supervisor (Posto H) e do preposto, o bom andamento dos serviços, mantendo a CONTRATANTE informada dos mesmos, através de relatórios semanais.

10.88 Fornecer a mão de obra, as ferramentas, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de manutenção predial e demais atividades correlatas, solicitados pela CONTRATANTE e aqueles previstos no Plano de Manutenção.

10.89 Efetuar atendimento, através da Equipe de Manutenção, em até um dia útil a contar da ciência da necessidade, sempre que houver serviços de manutenção corretiva. No que se refere a serviços emergenciais (painéis elétricos ou vazamentos) esse prazo será de 02 horas.

10.90 Executar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, os serviços de remanejamento e instalação de novos pontos de rede lógica, elétrica, telefonia, e hidráulica, bem como montagem e desmontagem de divisórias e instalação de aparelhos individuais de ar condicionado convencional, “split e multi-split”.

10.91 Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva através de profissionais integrantes da Equipe de Manutenção, que deverão possuir qualificação adequada ao tipo de serviço que estiver sendo realizado.

10.92 Programar as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos de acordo com o Plano de Manutenção, com o cronograma de manutenções e em comum acordo com a fiscalização do contrato.

10.92 Executar os serviços que impliquem em desligamentos de energia, de água e outros que possam comprometer o normal funcionamento da unidade administrativa, nos dias em que não houver expediente na unidade.

10.94 Executar o levantamento das instalações e equipamentos abrangidos pelo presente contrato, mantendo-os em registros cadastrais, que deverão estar sempre atualizados.

10.95 Realizar o controle dos materiais em estoque, gerar as ordens de serviços das rotinas de manutenção previstas, instruir e gerar o relatório técnico mensal, entregando mensalmente uma cópia deste à fiscalização do contrato. Ao final do contrato, os registros cadastrais atualizados deverão ser entregues à CONTRATANTE, em meio magnético. Os referidos registros deverão conter, no mínimo:

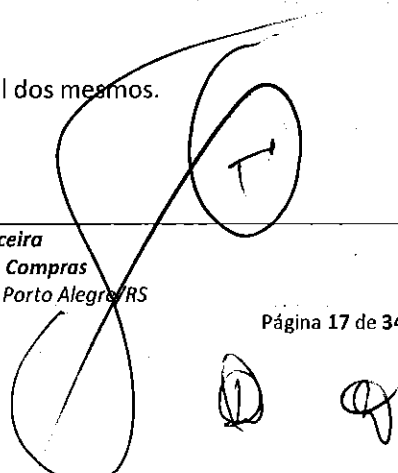
10.95.1 A relação atualizada de todos os equipamentos existentes nos prédios, integrantes das instalações sob manutenção, discriminando marca, modelo, potência, características, etc.

10.95.2 A ficha de histórico de cada equipamento, onde serão anotadas todas as intervenções preventivas e corretivas efetuadas naquele equipamento.

10.96. Elaborar o Relatório Técnico Mensal - RTM que deverá conter:

10.96.1 Discriminação dos serviços executados, com data e local dos mesmos.

10.96.2 Valores medidos ao término dos serviços preventivos.



10.96.3 Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia, desempenho dos equipamentos, etc.

10.96.4 Resumo dos serviços preventivos e corretivos executados, com indicação das pendências, as razões de sua existência e os que dependam de solução por parte da fiscalização do contrato.

10.96.5 Peças, componentes e materiais substituídos por defeito ou desgaste.

10.96.6 Cópias das fichas de histórico de equipamentos que sofreram manutenção corretiva no período.

10.96.7 Sugestões sobre reparos preventivos ou modernizações cuja necessidade tenha sido constatada.

10.96.8 Parecer sobre o estado dos sistemas e equipamentos que os compõem.

10.97 Disponibilizar o ferramental mínimo e instrumentos necessários à execução dos serviços, conforme descrito em cada posto, sendo a guarda desses de sua exclusiva responsabilidade.

10.98 Manter em perfeito funcionamento todo o ferramental, equipamentos e instrumentos disponibilizados, efetuando manutenção periódica e/ou substituindo de imediato, no prazo máximo de 24 horas, os que sofrerem danos. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica

10.99 Manter em condições de limpeza e organização os ambientes utilizados pelo pessoal de manutenção ou que sofreram intervenções.

10.100 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços.

10.101. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

10.102. Apresentar para aprovação da fiscalização do contrato e nos primeiros trinta dias de sua vigência, o cronograma de manutenções preventivas, especificando os diversos tipos de equipamentos, os tipos de manutenção (semanal, quinzenal, mensal, semestral e anual) e as datas previstas para a sua execução. As manutenções anuais deverão ser executadas, obrigatoriamente, nos primeiros seis meses de vigência do contrato.

10.103. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

10.104. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

10.105. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.2. Conceder prazo para o contratado regularizar suas obrigações trabalhistas, suas condições de habilitação ou eventuais falhas verificadas na execução dos serviços, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

11.3. Não permitir que os empregados do contratado realizem horas extras.

11.4. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do contratado, nos termos da legislação vigente.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados do contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ele indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

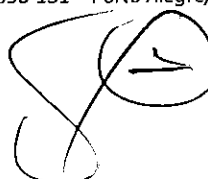
11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

11.6.4. considerar os trabalhadores do contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o contratante poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

12.2. Com fundamento no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado e será descredenciado do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,



garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

- 12.2.1. apresentar documentação falsa;
 - 12.2.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - 12.2.3. falhar na execução do contrato;
 - 12.2.4. fraudar a execução do contrato;
 - 12.2.5. comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.2.6. cometer fraude fiscal.
- 12.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:
- 12.3.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço;
 - 12.3.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
- 12.4. A falha na execução do contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 12.10.
- 12.5. Para os fins do item 12.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, e 97, parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.6. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 12.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.6.1. multa:
 - 12.6.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;
 - 12.6.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 30 dias.
 - 12.6.2. impedimento de licitar e de contratar com o Estado e descredenciamento no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até cinco anos.
- 12.7. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar.
- 12.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993.
- 12.9. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.
- 12.9.1. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventuais devidos pelo contratante.
 - 12.9.2. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
 - 12.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
 - 12.9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.11. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei federal nº 8.666/1993.

12.13. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei federal nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao contratado o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. O contratado reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei federal nº 8.666/1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- 13.4.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado ao contratado:

- 14.1.1. caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei federal nº 8.666/1993.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 8.666/1993, na Lei federal nº 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

17.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

DETRAN/RS – Diretoria Administrativa e Financeira
Divisão de Gestão de Contratos – Coordenadoria de Compras
Av. Júlio de Castilhos, nº 505, 11º andar – CEP 90030-131 – Porto Alegre/RS

17.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do contratado ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

17.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

17.4. Quando da extinção ou da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

17.5. Até que o contratado comprove o disposto no item 17.4, o órgão ou entidade contratante deverá reter, primeiro, a garantia prestada e, depois, os valores das faturas ainda não pagas, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos no prazo legal.

17.6. O contratante concorda com os requisitos e disposições do Decreto nº 52.215/2014, em especial com a retenção do pagamento em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

17.7. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

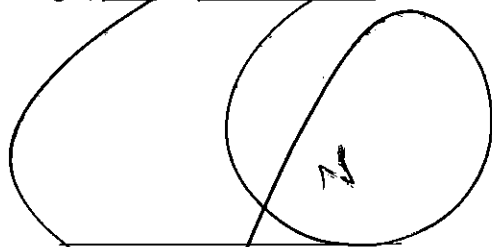
17.8. O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica eleito o Foro de Porto Alegre, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

18.2. E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, em 03 (três) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 10 de outubro de 2016.

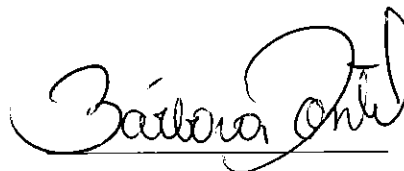


Ilídio Mário Szinvelski
Diretor-Geral
DETRAN/RS



Diego Alessandro Garcez Soares
Laboral Serviços Terceirizados LTDA.

TESTEMUNHAS:



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.1 Contratação de prestação de serviço de manutenção predial e patrimonial das dependências do DETRAN/RS, com fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Continuidade dos serviços de manutenção predial e patrimonial, hoje prestados através do Termo de Contrato Emergencial nº16/2015, que encerra em 16/04/2016. Justifica-se tal contratação pelo fato de não haver no quadro funcional deste departamento, os cargos em questão.

3. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Local	Endereço	Metragem
5º andar - Prédio SSP	Rua Voluntários da Pátria, 1358	1.215 m²
6º andar - Prédio SSP	Rua Voluntários da Pátria, 1358	506 m²
Anexo - Prédio SSP	Rua Voluntários da Pátria, 1358	457 m²
CEDOC	Av. Aparício Borges, 2264	4.077 m²
8º, 11º, 13º, 14º, 15º, 16º e 17º andares – Edifício Cosmopolitan Center	Av. Julio de Castilhos, 505	7.165 m²

3.1 Conforme necessidade do serviço poderá haver remanejamentos de postos de serviços, provisórios e/ou permanentes, nos endereços do CONTRATANTE. Neste caso, a CONTRATADA será comunicada previamente com antecedência mínima de 48 horas.

3.2 Os postos de serviço terão sua “sede” nos endereços indicados. Contudo, para exercer as atribuições estabelecidas, poderão se fazer presentes em outros endereços indicados pelo CONTRATANTE, quando necessário à correta prestação dos serviços.

4. HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 Quadro de horários dos postos de serviços os quais trabalham **8 horas diárias de Segunda a Sexta-feira:**

Postos	Quant.	Entrada	Intervalo	Saída	Jornada Semanal
A - Téc. Eletricista	01	8h	12h - 13h	17h	40h
B- Téc. Em Telecomunicação	02	8h	12h - 13h	17h	40h
C- Hidráulico	01	8h	12h - 13h	17h	40h
D- Marceneiro	03	8h	12h - 13h	17h	40h
E - Téc. Em Refrigeração.	01	8h	12h - 13h	17h	40h
F- Meio Oficial de Pedreiro	01	8h	12h - 13h	17h	40h
G- Auxiliar de Manutenção	05	8h	12h - 13h	17h	40h

H - Supervisor de Manutenção	01	8h	12h - 13h	17h	40h
------------------------------	----	----	-----------	-----	-----

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**5.1. Posto "A": Técnico Eletricista:**

5.1.1. Requisitos mínimos exigidos: Curso técnico em elétrica ou curso de eletrotécnica e experiência comprovada em carteira de trabalho;

5.1.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.1.2.1 Instalar e reparar circuitos elétricos; reparar transformadores de baixa tensão reparar defeitos em instalações de casa de força; instalar lâmpadas, chaves de distribuição, bobinas, automáticos, ventiladores e outros; substituir fusíveis, lâmpadas fluorescentes, interruptores, tomadas; ligar cabos elétricos, comutadores de campainhas, suportes fluorescentes, chaves monofásicas, bifásicas.

5.1.2.2. Executar serviços de eletricidade em geral, tais como: instalação, manutenção e reparos de circuitos elétricos.

5.1.2.3. Executar serviços elétricos durante reformas de instalações prediais e sistemas elétricos; executar instalação e manutenção elétrica preventiva e corretiva de instalações, equipamentos prediais e elétricos, de comando elétrico e de painel de controle, de sistemas de automação predial, de disjuntores, de subestações e de painéis elétricos;

5.1.2.4. Utilizar programas aplicativos de informática no desempenho de suas atividades;

5.1.2.5. Elaborar croqui elétrico, dimensionando material, componentes e distribuição da carga elétrica em instalações novas e/ ou reformas;

5.1.2.6. Acompanhar intervenções eletromecânicas, motobombas e motores elétricos, envolvendo, inclusive, montagens e desmontagens por meio de procedimentos padronizados, efetuando reparos, limpeza, aferições e verificações de comandos e de proteção elétrica;

5.2. Posto "B": Técnico em Telecomunicações:

5.2.1. Requisitos mínimos exigidos: Curso técnico em telecomunicações e experiência comprovada em carteira de trabalho.

5.2.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.2.2.1. Orientar e executar trabalhos de natureza técnica, relativos ao planejamento, avaliação e controle de instalação e equipamentos de telecomunicações;

5.2.2.2. Realizar trabalhos de instalação, manutenção e ampliação de redes telefônicas, "estruturada" para garantir o seu perfeito funcionamento;

5.2.2.3. Fornecer orientação para especificação de equipamentos e peças de reposição;

5.2.2.4. Proceder ao levantamento dos materiais necessários à execução de projetos (ampliação, adequação e racionalização) preparando estimativas e programas de trabalhos detalhados das quantidades e custos dos materiais, controlando o consumo dos mesmos;

5.2.2.5. Providenciar, acompanhar a tramitação e auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimentos de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados;

5.2.2.6. Gerenciamento da central telefônica, listar relatórios do Tarifador, abrir chamados para manutenção da central telefônica e tarifador quando necessário e testar periodicamente os periféricos, software e os troncos (enlaces) de entrantes e saídes;

5.2.2.7. Instalar e reparar aparelhos e equipamentos de transmissão e de energia em telefonia; serviços de reparo, manutenção e remanejo nas linhas diretas instaladas; instalação, reparo, manutenção e remanejo nos ramais das centrais telefônicas PABX ou PBX instaladas; Instalar redes e cabos estruturados, distribuição de ramais, distribuição de linhas diretas; diagnosticar eventuais problemas nas linhas, ramais, equipamentos, aparelhos e redes de cabos instalados;

5.2.2.8. Controlar resultados e testar o funcionamento das linhas, ramais, equipamentos, aparelhos e redes de cabos instalados, assegurando a operação ininterrupta do sistema telefônico;

5.3. Posto "C": Hidráulico:

5.3.1. Requisitos mínimos exigidos: Curso profissionalizante de Hidráulica e/ou experiência comprovada em carteira de trabalho;

5.3.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.3.2.1. Montar, instalar e conservar sistemas de tubulações de material metálico ou não metálico, para possibilitar a condução de água, esgoto cloacal e outros fluídos, assim como a implantação de redes de esgotos;

5.3.2.2. Marcar os pontos de colocação das tubulações, para orientar a instalação do sistema projetado; abrir valetas no solo e rasgos nas paredes, guiando-se pelos pontos-chave e utilizando ferramentas de escavação manuais ou mecânicas, para introduzir os tubos e partes anexas;

5.3.2.3. Executar o corte, rosqueamento, curvatura e união dos tubos, utilizando serra manual, tarraxas, bancada de curvar tubos e outros dispositivos mecânicos, para formar a linha de canalização;

5.3.2.4. Tamponar as juntas, empregando material apropriado ou soldando-as, para eliminar as possibilidades de vazamento; posicionar e fixar os tubos, baseando-se no projeto elaborado e utilizando parafusos, porcas, luvas de junção, solda ou argamassa, para confeccionar a linha de condução do fluído;

5.3.2.5. Instalar louças sanitárias, condutores, caixas d'água, chuveiro elétrico ou a gás, terragens e outras partes componentes das instalações; montar e instalar registros e outros acessórios da canalização, trechos de tubos, (metálicos e não metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema;

5.3.2.6. Testar as canalizações, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-los caso sejam localizados vazamentos; executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubulações, válvulas, junções, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento;

5.4. Posto "D": Marceneiro:

5.4.1. Requisitos mínimos exigidos: Curso profissionalizante de Marcenaria e/ou experiência comprovada em carteira de trabalho;

5.4.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.4.2.1. Realizar a instalação de divisórias, executar a traçagem de riscos e a marcação de pontos sobre a madeira ou divisória a ser trabalhada, obedecendo às formas e dimensões constantes dos desenhos e croquis, para orientar a execução dos cortes e entalhes;

5.4.2.2. Trabalhar a madeira riscada, cortando, torneando ou fazendo entalhes com ferramentas e máquinas apropriadas, para obter partes de tipo e forma desejadas;

5.4.2.3. Corte e substituição de vidros até 5mm de espessura;

5.4.2.4. Instalação e substituição de fechaduras;

5.4.2.5. Pequenos reparos em divisórias com perfis metálicos e forro pacote;

5.5. Posto "E": Técnico em Refrigeração:

5.5.1. Requisitos mínimos exigidos: Curso técnico em refrigeração e/ou experiência comprovada em carteira de trabalho.

5.5.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.5.2.1. Orientar e executar trabalhos de natureza técnica, relativos ao planejamento, avaliação e controle de instalação e equipamentos de refrigeração;

5.5.2.2. Participar e orientar o funcionamento e a operação de equipamentos de refrigeração;

5.5.2.3. Realizar trabalhos de instalação, manutenção e conserto de equipamentos de refrigeração;

5.5.2.4. Fornecer orientação para especificação de equipamentos e peças de reposição;

5.5.2.5. Proceder ao levantamento dos materiais necessários à execução de projetos (ampliação, adequação e racionalização) preparando estimativas e programas de trabalhos detalhados das quantidades e custos dos materiais, controlando o consumo dos mesmos;

5.6. Posto "F": Meio Oficial Pedreiro:

5.6.1. Requisitos mínimos exigidos: experiência comprovada em carteira de trabalho.

5.6.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.6.2.1. Executar trabalhos auxiliares de serviços de alvenaria, concreto e demais atividades sob orientação do supervisor;

5.6.2.2. Preparar concretos e argamassas segundo as características da obra e orientação do supervisor;

5.6.2.3. Executar serviços de alvenaria e reboco de pequeno porte e acabamentos simples;

5.6.2.4. Armar e desarmar andaimes de madeira ou metálicos;

5.6.2.5. Auxiliar na montagem de tubulações para instalações elétricas e hidráulicas;

5.7. Posto "G": Auxiliar de Manutenção:

5.7.1. Requisitos mínimos exigidos: Nível fundamental (alfabetizado).

5.7.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.7.2.1. Executar tarefas manuais de caráter simples que exigem, principalmente, esforço físico constante e pouca ou nenhuma experiência prévia, e que os trabalhadores classificados em outros grupos não executam.

5.7.2.2. Escavar valas, transportar e/ou misturar materiais e argamassa, transportar carrinhos com massa, cortar alvenaria com ponteiro e marreta;

5.7.2.3. Realizar serviços de capinagem;

5.7.2.4. Entregar/coletar materiais de consumo, mobiliário, equipamentos de informática, processos e outros itens.

5.7.2.5. Auxiliar os postos de manutenção em atividades que não necessitem de conhecimento técnico específico;

5.7.2.6. Utilizar ferramentas e equipamentos simples, mantendo-os organizados, limpos e conservados;

5.7.2.7. Realizar atividades correlatas.

5.8. Posto "H": Supervisor de Manutenção:

5.8.1. Requisitos mínimos exigidos: Curso de técnico em elétrica ou eletrotécnica, com registro no CREA, e experiência como encarregado ou supervisor de manutenção comprovada em carteira de trabalho.

5.8.2. Atribuições do Cargo (posto):

5.8.2.1. Supervisionar as atividades de manutenção, reparação e reformas de instalações, assegurando que equipamentos e materiais para serviços de infraestrutura estejam disponíveis para utilização.

5.8.2.2. Controlar os trabalhos de manutenção preventiva com auxílio da área elétrica, verificando as necessidades. Contribuir para a redução dos custos de manutenção, mediante implantação de alternativas que visem racionalização no uso de materiais e recuperação de peças e melhorias.

5.8.2.3. Assegurar o cumprimento dos cronogramas de manutenção, através de distribuição e acompanhamento das atividades executadas, bem como de adequado relacionamento com a área de suprimentos quanto à definição e aquisição de materiais necessários;

5.8.2.4. Contribuir para a correta especificação de peças e materiais utilizados para manutenção;

5.8.2.5. Contribuir para a redução de riscos e ocorrências de acidentes, através do efetivo cumprimento das normas de segurança do trabalho e utilização de EPI's pela equipe de trabalho, além de propor e executar modificações necessárias.

6. FORNECIMENTO DE UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

6.1. Posto "A": Técnico Eletricista:

6.1.1. Materiais e equipamentos para cada um dos postos de trabalho: 03 (três) Caixas de ferramentas metálica, 03 (três) Alicates universal 8" com isolamento para 1000v; 03 (três) Alicates de corte diagonal 6" com isolamento para 1000v; 03 (três) Alicates de bico reto; 03 (três) Alicates de bico curto; 03 (três) Voltímetros-amperímetros tipo alicate digital, 03 (três) Chaves de fenda 1/8" X 5", 03 (três) Chaves de fenda 3/16" X 7", 03 (três) Chaves de fenda 1/4" X 10", 03 (três) Chaves de fenda 1/4" x 6", 03 (três) Chaves de fenda 5/16" x 10, 03 (três) Chaves philips 1/8" X 5", 03 (três) Chaves Philips 3/16" x 7", 03 (três) Chaves Philips 1/4" x 10", 03 (três) Chaves Philips 1/4" x 6", 03 (três) Chaves Philips 5/16" x 10", 03 (três) Trenas 3m, 02 (dois) Arcos de serra com serra, 03 (três) Conjuntos de jogos de chave ALLEN de 3mm a 10mm, 03 (três) Jogos de chaves combinada 5/16" a 6/16", 03 (três) Bocó de couro para ferramentas, 03 (três) Conjuntos de Chave "L" tipo cachimbo 5/16" a 9/16", 03 (três) Furadeiras industrial de impacto, 03 (três) Jogos de broca aço rápido e 2mm a 12mm, 03 (três) Capas de Chuva, 03 (três) Parafusadeiras 14 volts, 03 (três) Luvas de Borracha com isolamento 13.8.

6.1.2. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 (duas) calças de sarja, 3 (três) camisetas manga curta, 3 (três) camisetas manga longa e 2 (dois) blusões.

6.2. Posto "B": Técnico em Telecomunicações:

6.2.1. Materiais e equipamentos para cada um dos postos de trabalho: 02(dois) Alicates bico fino, 02 (dois) Alicates bico chato, 02 (dois) Alicates prensa terminais, 02 (dois) Alicates de corte diagonal americano, 02 (dois) Alicates desencapadores de fio, 02 (dois) Alicates desencapadores para terminais, 02 (dois) Alicates bico chato e longo, 02 (dois) Jogos de chave de fenda simples, 02 (dois) Jogos de chaves de fenda cruzada (philips), 02 (dois) Fones de disco, 02 (dois) Enroladores de fio jumper, 02 (duas) Chaves kroner, Cabo plástico para passar fio telefônico, 02 (dois) Analisador digital de cabeamento – compatível com certificação na Categoria 5e ou superior, 02 (duas) caixas de ferramentas, testador de cabo remoto RJ 45, RJ 11 CT teste, 02 (dois) alicates gripar RJ45 8p-6p, 02 (dois) Alicates gripar RJ09 6p - 4p, zumbidor digital spartec com sensor, badisco digital, badisco de disco (decadico), krone (chave), 02 (duas) trenas, ferro de solda bico fino, estilete e sugador de solda.

6.2.2. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 calças de sarja, 3 camisetas manga curta, 3 camisetas manga longa e 2 blusões.

6.3. Posto "C": Hidráulico:

6.3.1. Materiais e equipamentos para cada um dos postos de trabalho: 01 (uma) Chave grife 18", 01 (uma) chave grife 14", 01 (uma) chave corrente para 5", 01 (uma) chave inglesa 12", 01 (uma) chave inglesa 18", 01 (uma) chave fenda 3/16" x 7", 01 (uma) chave de fenda 1/8" x 5", 02 (duas) chaves de fenda 1/4" x 10", 02 (duas) chaves de fenda 1/4" x 6", 01(uma) chave Philips 1/8" x 5", 01 (uma) chave philips 1/8" x 5", 01 (uma) chave Philips 3/16" x 7", 01 (uma) chave Philips 1/4" x 10", 01 (uma) chave Philips 1/4" x 6", 01 (um) alicate universal com isolamento, 01 (uma) lanterna com suporte magnético, 01 (um) alicate de pressão, 01 (um) alicate bico de papagaio 10" bombero, 01 (um) alicate universal sem isolamento, 01 (um) jogo de chave combinada de 6 36mm, 01 (uma) chave formiga para lavatório, 01 (uma) marreta de 2kg, 01 (uma) pá de corte e de concha, 01 (um) jogo de tarracha com cocinetes, 01 (um) jogo de tarracha, 01 (uma) morça grande, 01 (uma) enxada, 01 (uma) máquina elétrica para desentupidor de tubulação de 1 1/2" a 4, 01 (uma) marreta de 1 kg, 01 (uma) ponteira, talhadeira, arco de serra, trena de 5m, grossa, 01 (uma) capa de chuva, 01 (um) esquadro, 01 (uma) furadeira industrial de impacto, 01 (um) equipamento detector (scanner) eletrônico de obstáculos.

6.3.2. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 calças de sarja, 3 camisetas manga curta, 3 camisetas manga longa e 2 blusões.

6.4. Posto "D": Marceneiro:

6.4.1. Materiais e equipamentos para cada um dos postos de trabalho: 03 (três) Caixas de ferramentas metálica, 03 (três) Furadeiras com impacto 250W-110V, 03 (três) Plainas nº. 4, 03 (três) Esquadros, 03 (três) Níveis, 03 (três) Prumos, Escala métrica 2 cm, 03 (três) Chaves de fenda 1/4" X 10", 03 (três) Chaves de fenda 3/16" X 7", Formão de 10mm, Formão de 15mm, Formão de 20mm, 03 (três) Martelos grande inox para carpinteiro, 03 (três) Martelos de borracha, 03 (três) Pés-de-cabra pequenos, 03 (três) Grosas médias, Pedra de afiar com o lado grosso e fino, 03 (três) Torquês, 03 (três) Serrotes de 24", 03 (três) Alicates, 03 (três) Rebitadoras para popi, 03 (três) Jogos de serra copo para madeira, Arco de serra com serra, Lixadeira manual oscilante, 03 (três) Serras circulares manual elétrica Tico-Tico, Trena 5m, Grampeador para estofador, 03 (três) Chaves de fenda 3/16" X 6", 03 (três) Chaves de fenda 1/4" X 8", 03 (três) parafusadeiras elétrica, 03 (três) furadeiras plainas elétricas.

6.4.2. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 calças de sarja, 3 camisetas manga curta, 3 camisetas manga longa e 2 blusões.

6.5. Posto "E": Técnico em Refrigeração:

6.5.1. Materiais e equipamentos para cada um dos postos de trabalho: 01 (uma) 01 (uma) bomba de vácuo de 6 ou 5,5 cfm bivolt duplo estágio, 01 (um) corta frio, 01 (um) pino alargador de tubos "1/4" a 3/4", para executar bolsas, 01 (um) manômetro, 01 (uma) serra copo diamantado 65mm x 200mm, haste madril SDS plus 130mm c/pino guia, 01 (um) alicate de pressão, 01 (um) alicate universal 8" com isolamento de 1000v, 01 alicate amperímetro com termômetro, 01 (um) alicate corte diagonal 6" com isolamento 1000v, 01 (uma) chave de fenda 1" x 8" x 5", 01 (uma) chave de fenda 3" x 16" x 7", 01 (uma) chave de fenda 1" x 4" x 10", 01 (uma) chave de fenda 1" x 4" x 6", 01 (uma) chave Phillips 1" x 8" x 5", 01 (uma) chave Phillips 3" x 16" x 7", 01 (uma) chave Phillips 1" x 4" x 10", 01 (uma) chave Phillips 1" x 4" x 6", 01 (um) alicate de bico preto, 01 (um) alicate de bico curto, 01 (uma) trena de 3 metros, 01 (um) jogo de chave ALLEN de 3 a 10mm, 01 (um) jogo de chave combinada de 5/16" a 9/16", 01 (um) alicate voltímetro amperímetro digital, 02 (duas) chaves inglesa 12", arco de serra, curvador tipo mola de 1/4" a 3/4", 01 (um) pente de aletas, 01 (um) curvador de tubos manual 3x1 1/4, 5/16, 3/8; 01 (um) vacuômetro analógico de alta precisão microns, 01 (um) capacímetro digital, 01 (um) valvula perfuradora de tubos ate 3/8, 01 (um) escariador de tubos tira rebarbas, 01 (um) flangeador excêntrico sem catraca com morça em polegadas da um estalo no final da flange e flange perfeita, 01 (um) conjunto manifold para gases r12/r22/r410a/r404/r407 com mangueiras de 1,50 MT e dois adaptadores, 01 (um) jogo de molas para curvar tubos, 1/4, 3/8, 1/2, 5/8 e 3/4, 01 (um) corta

tubos de 1/8 a 1/1/8, 01 (um) mini corta tubos ate 5/8 para locais com difícil acesso, 01 (um) detector de vazamentos, 01 (um) maçarico turbo tocha ate 1800 graus solda tubos ate 1 polegada, 01 (um) refil para maçarico, 01 (um) termômetro com cinco pontas não removíveis (ideal para comparação de temperatura e superaquecimento e sub-resfriamento e insuflamento de ar), 01 (um) alicate de prensa terminal, 01 (uma) chave Catraca 1/4 - 3/8 - 3/16 - 5/16 (4 em 1), 01 (um) tanque para armazenamento, recolhimento e transporte de gás refrigerante até 23 kgs, 01 (um) detector de vazamento eletrônico, 01 (uma) garrafa para transporte de gás conforme tipo de gás utilizado nas unidades do DETRAN/RS (sendo uma garrafa para cada tipo de gás), 01 (um) capacímetro digital, 01 (um) conjunto PPU contendo: 01 (um) maçarico para solda, 01 (um) tubo de oxigênio e 01 (um) tubo de acetileno, 01 (um) tubo de gás nitrogênio para retirada de umidade de sistema de refrigeração, 01 (um) alicate para selar tubos.

6.5.2. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 calças de sarja, 3 camisas manga curta, 3 camisas manga longa e 2 blusões.

6.6. Posto "F": Meio Oficial Pedreiro:

6.6.1. Materiais e equipamentos para cada um dos postos de trabalho: 02 (dois) balde 20 litros; 02 (duas) pá de corte; 02 (duas) pá de concha; 2 (duas) colher de pedreiro; 02 (dois) prumo de face; 02 (dois) prumo de ponta; 02 (duas) desempenadeira; 02 (dois) martelos; 02 (duas) marretas de 1kg; 02 (dois) ponteiros; 02 (duas) talhadeiras; 02 (duas) trenas; 02 (dois) níveis.

6.6.2. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 calças de sarja, 3 camisas manga curta, 3 camisas manga longa e 2 blusões.

6.7. Posto "G": Auxiliar de Manutenção:

6.7.1. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 2 calças de sarja, 3 camisas manga curta, 3 camisas manga longa e 2 blusões.

6.8. Posto "H": Supervisor de Manutenção:

6.8.1. Uniformes para cada um dos postos de trabalho, um "kit" por ano: 3 calças sociais, 3 camisas manga curta, 3 camisas manga longa, 1 gravata, 1 blusão e 1 blazer.

6.9 EPIs:

6.9.1. A CONTRATADA deverá fornecer para todos os postos do contrato EPI's conforme normas e legislações vigentes.

6.9.2 A CONTRATANTE poderá requerer a utilização dos EPI's para cada posto, obedecendo as normas e legislações vigentes de cada cargo.

①

②

③